

## Educação Especial e Inclusão Escolar: políticas, práticas curriculares e pesquisas

*Márcia Denise Pletsch<sup>1</sup>*

Historicamente, no Brasil, a Educação Especial foi responsável pela escolarização de pessoas com deficiências em instituições especializadas. No entanto, a partir dos anos noventa, tomando como referência preceitos de diretrizes internacionais e as indicações de movimentos sociais, tem havido um boom de políticas de inclusão educacional dirigidas a diferentes grupos excluídos em função de sua condição social, étnica ou deficiência. Nessa direção, a Educação Especial vem cada vez mais revendo o seu papel para atuar, de forma colaborativa com o ensino comum, como suporte educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais.

No caso da inclusão de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, público alvo da Educação Especial reconhecido nas diretrizes oficiais, os indicadores recentes mostram que 60,5% das matrículas desses alunos foram realizadas em escolas regulares e somente 39,5% em escolas ou classes especiais (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, muitas vezes, o debate tem focado em grande medida a inclusão escolar como “solução” por si só dos problemas enfrentados pelas pessoas com deficiências sem, contudo, analisar criticamente os processos que envolvem a adoção de tal política. Constantemente, as discussões centram-se na adoção de políticas de inclusão total ou inclusão em processo e não na melhoria das condições de vida e, sobretudo, de aprendizagem e desenvolvimento dessa população. Não raro, o debate foca-se na dicotomia entre Educação Especial e inclusão escolar como se uma substituísse a outra. Outras vezes, ainda, remete-se apenas a dados quantitativos sem considerar aspectos qualitativos envolvidos nesse processo.

A esse respeito, entendemos que a Educação Especial é uma área de conhecimento que busca desenvolver teorias, práticas e políticas direcionadas ao atendimento e à melhoria da educação de pessoas com algum tipo de necessidade educacional especial. Logo, não pode ser entendida como antagônica ou dicotômica à proposta inclusiva.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da mesma Universidade. Coordenadora do Observatório de Educação Especial e inclusão educacional: políticas públicas e práticas curriculares. E-mail: [marcia\\_pletsch@yahoo.com.br](mailto:marcia_pletsch@yahoo.com.br)

Tomando como referência o exposto, o presente dossiê abordará diferentes temas contemporâneos sobre as políticas de inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, focando políticas, pesquisas e práticas curriculares. O objetivo é apresentar análises sobre as políticas de inclusão relacionando-as com os processos de exclusão escolar que se abatem, de maneira geral, sobre os alunos das escolas públicas brasileiras. Em outras palavras, os textos procuram articular aspectos referentes à organização escolar e à relação de ensino e aprendizagem, por um lado, e a aspectos mais abrangentes sobre as pressões econômicas, políticas e sociais que configuram a realidade brasileira, por outro.

Nessa direção, o dossiê encontra-se organizado em dois eixos. No primeiro, apresentamos um conjunto de textos que trazem análises envolvendo a implementação de políticas e programas federais de inclusão em diferentes redes de ensino. A ênfase é dada a pesquisas sobre o atendimento educacional especializado e ao Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.

No segundo eixo, organizamos os textos que discutem a formação de professores, a elaboração do projeto pedagógico nas escolas a partir de práticas inclusivas e as dimensões que envolvem o debate sobre o currículo e a diversidade dos educandos presente na escola contemporânea.

Vale ressaltar que discussões dessa natureza são de grande relevância no cenário educacional nacional, pois o universo social constituído por pessoas com alguma deficiência abarca cerca de 24% da população brasileira, segundo o último censo do IBGE (2010). Além disso, de acordo com o Ministério da Educação, o número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns da rede regular aumenta ano após ano, conforme anunciado anteriormente. Por tais razões, acreditamos que o referido dossiê poderá contribuir com as discussões contemporâneas no âmbito da Educação Especial e de outras áreas educacionais que discorrem sobre grupos que integram as políticas de inclusão escolar.

A primeira parte do dossiê tem início com o artigo “Constituição de uma rede colaborativa de pesquisa: o Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP)”, de autoria de Enicéia Gonçalves Mendes e Fabiana Cia. As autoras apresentam resultados de uma pesquisa nacional, ainda em andamento, sobre a implementação do atendimento educacional especializado em diferentes municípios brasileiros. O estudo conta com a participação de mais 200 pesquisadores de 16 estados brasileiros. A partir dos resultados até então encontrados, as autoras problematizam, entre outros aspectos, o modelo de atendimento educacional especializado focado nas salas de

recursos multifuncionais, a questão da avaliação do estudante com necessidades educacionais especiais e a formação de professores de modo geral, em particular os professores de Educação Especial que irão fornecer o suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em escolas comuns.

O segundo artigo, “Educação Especial e Inclusão Escolar: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense/RJ”, de autoria de Márcia Denise Pletsch, igualmente analisa a implementação das políticas federais de inclusão escolar, sobretudo o atendimento educacional especializado em nove redes municipais de ensino da Baixada Fluminense/RJ. Os resultados evidenciaram, entre outros aspectos, as dificuldades enfrentadas pelos gestores no que se refere à implementação de tais diretrizes. Eles mostraram também as dificuldades e incertezas vividas nas redes de ensino no que se refere ao processo de identificação, avaliação e encaminhamento dos alunos com deficiências. Por fim, a pesquisa mostra que os serviços segregados continuam ocupando um espaço considerável na escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais, especialmente as que apresentam deficiência intelectual.

A presença de formas de atendimento segregado também foi um dos achados da pesquisa realizada por Mônica de Carvalho Magalhães Kassar e Silvia Márcia Ferreira Meletti, sob o título “Análises de Possíveis Impactos do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”. O estudo traz, ainda, os resultados de um estudo sobre os impactos do Programa do Governo Federal Educação Inclusiva: direito à diversidade, na escolaridade de alunos com deficiências nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

O quarto artigo, “Algumas Implicâncias Políticas, Poéticas e Práticas no Projeto Diferenças e Alteridade na Educação: saberes, práticas e experiências (inclusivas) na Rede Pública de Ensino em São Gonçalo”, de autoria de Anelice Ribetto, apresenta questões conceituais sobre as implicâncias políticas e práticas contidas nas experiências (inclusivas) vivenciadas por docentes da rede pública de ensino de São Gonçalo/RJ. O texto mostra, por meio de narrativas, as formas com que as professoras negociam ao conviverem com as diferenças encontradas nos cotidianos escolares.

A segunda parte do dossiê é iniciada pelo artigo “Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente”, de autoria de Rosana Glat, Marcia Marin Vianna e Annie Gomes Redig. O artigo discute, a partir de uma investigação do tipo pesquisa-ação, a formação continuada e em serviço de professores. Ele ainda traz elementos conceituais importantes sobre a formulação e elaboração de Planos Educacionais Individualizados

(PEIs) como uma estratégia diferenciada de organização da proposta curricular para alunos com necessidades educacionais especiais. O estudo mostra, entre outras questões, as dificuldades sentidas pelas professoras na implementação dos Planos Educacionais Individualizados sem o acompanhamento direto dos pesquisadores.

Em seguida, o artigo “A Utilidade da CIF em Educação à luz do Decreto - Lei 3/2008: um estudo exploratório” de Luis Miranda de Correia, apresenta um estudo sobre os impactos que a atual lei portuguesa, que rege os serviços de Educação Especial, tem na vida dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), principalmente devido ao uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Os resultados desta pesquisa evidenciam que o uso da CIF em educação pode ter consequências negativas na vida das crianças com necessidades educacionais especiais.

A formação de professores também é tema do artigo “A Formação do Professor em Educação Especial na Pedagogia e nas Licenciaturas em Geral” de autoria de Érica Garrutti de Lourenço e Edna Antonia de Mattos. As autoras discutem como os cursos de Pedagogia e Licenciaturas em geral constituem espaços fundamentais para as discussões sobre uma educação de qualidade para todos os alunos. O objetivo das autoras é analisar como a Educação Especial, área que versa sobre a educação de pessoas com deficiência e outras necessidades especiais, se faz presente nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas.

O artigo de Valdelúcia Alves da Costa intitulado “Políticas de Educação Especial e Inclusão no Estado do Rio de Janeiro: formação de professores e organização da escola pública” avalia o processo de democratização da escola na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade, tendo como sujeitos 26 professores de uma escola pública estadual, localizada no Município de Duque de Caxias/RJ. Os resultados obtidos revelaram que tanto a formação inicial quanto os programas de formação continuada não têm contribuído de maneira efetiva para que os professores pensem a inclusão como possibilidade de escolarização dos alunos com deficiência. Eles também mostraram que apesar de a maioria dos professores serem favoráveis à inclusão escolar, afirmam que a reestruturação das escolas é primordial para que a inclusão seja efetivada.

O referencial da Teoria Crítica também está presente no artigo de Allan Rocha Damasceno. Intitulado “Educação Inclusiva e a Organização da Escola: diálogos críticos sobre o Projeto Pedagógico”, ele analisa a conjuntura social onde se insere a escola, com vistas ao entendimento de

seu processo de (re)organização para o atendimento das demandas de alunos com necessidades educacionais especiais, tendo como elemento articulador seu Projeto Pedagógico. Os resultados evidenciam a importância do Projeto Pedagógico no processo de organização da escola para efetivar a inclusão escolar.

Por fim, espero que os textos apresentados neste dossiê possam contribuir não apenas com a produção de conhecimento e com os debates atuais na área de Educação Especial, mas com outras dimensões presentes no campo da Educação.

Submetido em: 04/2012

Aprovado em: 06/12